

MOTIVAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DA TRANSPARÊNCIA NA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM PROBLEMA PÚBLICO

MOTIVATIONS AND CONSEQUENCES OF TRANSPARENCY IN POLITICS: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF A PUBLIC PROBLEM

Juliane Sant'Ana Bento*

PHÉLIPPEAU, Éric. *L'argent de la politique*. Paris: Les Presses de Science Po, 2018. 272p.

Palavras-chave: Financiamento eleitoral. Transparência. Corrupção. Problema público. Construção social.

Entendendo a excelência política como a arte de saber jogar as regras do jogo, a obra de Éric Phélippeau *L'argent de la politique* (2018) dedica-se a mostrar que denunciar a corrupção é mais um dentre os mecanismos pelos quais se disputa legitimidade política (p. 18). Historicizar, no entanto, significa “restituir a lentidão e os meandros” (p. 21): eis uma primeira contribuição muito importante do livro.

O mais recente livro de Phélippeau justifica pronta assimilação ao debate acadêmico, tanto pela pertinência temática com casos da ordem do dia, quanto, especialmente,

pelo rigor científico e pela qualidade analítica da tese que propõe. Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, professor na Universidade de Paris Ouest, o autor desenvolve pesquisas principalmente na área de financiamento da vida política, políticas de probidade pública, profissionalização política e avaliação de políticas públicas. No Brasil, já mereceu repercussão (SEIDL, GRILL, 2013) o capítulo de sua autoria sobre a sociogênese da profissão política (PHÉLIPPEAU, 2001), dando prova, apesar da concisão, das preocupações de pesquisa que o autor seguirá desenvolvendo

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: juliane Bento@unisinobrasil.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9978-1289>.



nos trabalhos vindouros (1999, 2002 e 2009 – todos de algum modo predizendo as teses que permitem ao autor sustentar o texto aqui apresentado).

A obra zela pelos mesmos compromissos teórico-metodológicos previamente assumidos. Tendo por objeto a relação entre dinheiro e política na França, o autor prescinde das narrativas feitas por correntes de pesquisa mais próximas à economia, à filosofia política ou ao direito público. Pensar o financiamento da política francesa implica avançar além da estrita contabilidade das receitas e despesas eleitorais, da escandalização jornalística dos casos denunciados, da deontologia moral sobre como deveria ser a interação entre elites políticas e empresariado, e dos episódios legislativos que regulamentam o tema. Resignados com a suposta confiabilidade de planilhas (mais ou menos exaustivas sobre relatórios contábeis), reféns da exploração midiática, preocupados com um engajamento militante sobre como proibir a interferência do dinheiro na política, ou ainda, limitados a repertoriar as leis que disciplinam a matéria, todos esses registros arriscam ao essencialismo e padecem de baixa extensão explicativa porque ignoram a história das lutas travadas em torno dos sentidos possíveis sobre como custear campanhas e como fazer política.

O livro tem por objeto as disputas interpretativas em torno dos desacordos nas representações sociais divergentes e nas relações diferenciadas ao dinheiro e às práticas políticas legítimas. Embora financiamento ilícito, enriquecimento indevido e abuso de poder sejam entendidos como especialidade de juristas ou objeto preferencial de investigações midiáticas, Phélippeau questiona tamanha prudência da ciência política, que deu causa à lacuna sobre as relações entre os eleitos e o mundo dos negócios.

Diante das dificuldades de compreender o financiamento político e os custos eleitorais, mais importante é que o tema deixe de ser subcampo dos estudiosos da corrupção e passe a integrar os objetos clássicos de estudos da política, por ser tão central quanto “eleições” e “partidos”. O tema do financiamento é heurístico para pensar as práticas políticas, suas transformações, a gênese das instituições e as tensões e fronteiras entre mundos sociais.

Mais do que buscar estatísticas ou fazer a verificação contábil, um objetivo de pesquisa coerente a uma perspectiva sociogenética, dando conta das transformações, dos mecanismos de diferenciação e das relações com outras fronteiras, entende as finanças como constitutivas da origem e do desenvolvimento do universo político.

Compreender a excelência política como o domínio das regras pragmáticas, mais do que jurídicas, impõe observar os usos feitos da lei, a fim de entender o trabalho de definição das organizações habilitadas para financiar eleições. Tais categorias tornam-se objeto de lutas, que afetam políticos, seus colaboradores e os agentes verificadores e contestadores de contas.

Dividido em três grandes partes, o livro inicia pela sociogênese da reforma, retomando a origem da codificação e a aprendizagem parlamentar, ainda na década de 1970, para culminar na primeira iniciativa legal. Depois das primeiras pesquisas, restritas a revisão legislativa, estabeleceu-se como explicação da gênese da lei de 1990 (a mais sistemática e dura quanto as sanções previstas), além dos escândalos, o aumento dos custos de campanha e a diminuição das receitas. Entendendo o projeto de lei como construção de acordo em prol da separação entre política e economia, os reformadores mobilizaram a representação oficial de sele-

ção transparente e autônoma da pressão de outras esferas, e endossaram o ideal eleitoral justo e sem plutocracia.

Apesar da mobilização, obstáculos estruturais se interpõem, revelando a incapacidade efetiva de reforma: a falta de probidade dos políticos, somada à tolerância e à opinião ambígua dos cidadãos sobre a probidade dos eleitos, tornam difícil universalizar uma relação específica entre política e moral. Mesmo assim, em fins dos anos 1980, um estoque de argumentos configura o início de memória da ação parlamentar, restringindo possibilidades de inovação, com dependência de trajetória em projetos de lei sobre tetos de gastos e recursos partidários tendentes a moralizar o exercício da política.

Como as fronteiras entre as boas práticas e as condenáveis são fluidas, as iniciativas de reforma se esforçam em reforçar tais definições. Tal critério serve justamente a defender a ilusão de uma esfera política pura e ordenada, na qual a cruzada pela transparência, orientada por regras de absolvição e sanção são medidas simbólicas. O apelo ao ideal de transparência é um “encantamento ritual” porque pode se aplicar de modos muitos distintos, com geometria muito variável: sanciona quem se beneficia de ajudas públicas, deixando de punir corruptores.

Sustentando que a ideologia da transparência é ingênua, pois a publicidade não garantiria em si virtude, Phélippeau nos questiona sobre o que se deve tornar público: os extratos de contas de campanha? O detalhamento de despesas? As doações privadas? Tais questões condicionam os modos de financiamento dos candidatos.

Os indicadores sociopolíticos que favorecem reformas associam os atributos dos promotores da codificação, a distinção entre partidos e também a profissionalização política. Reescrever as regras pode consoli-

dar vantagens para os parlamentares que se engajam nas reformas. O papel do reformador tende a depender dos atributos sociais e dos recursos que o parlamentar detém: embora de origem profissional heterogênea, todos vêm da direita parlamentar e não se encontram muito estabelecidos, apesar de contarem com bagagem política não negligenciável.

Esse percurso repercute na primeira lei, que não pode ser compreendida sem que se considere sua eficácia simbólica, abordados no capítulo 2: a moralização é instrumento de demarcação e de luta política. Perante o atraso da regulação na França, e diante da urgência causada pelos escândalos, a moralização é instrumento de demarcação. O declínio da política ideológica e a desconfiança para com os políticos tornam a contabilidade uma arma eficaz, relevadora da fragilidade do caráter dos adversários.

A moralização renova as clivagens em base ética, logo, apolítica. Divisões são feitas a respeito de doações empresariais, teto de gastos, transparência patrimonial, depósito das contas de campanha e financiamento público de partidos. A codificação de um *savoir-faire* político reivindica a proteção de interesses práticos, nutridos pela própria experiência eleitoral. O trabalho parlamentar, portanto, pode omitir pontos que tornariam a regra eficaz. Por isso, a lei evidencia o corporativismo dos políticos, exaltando os protagonistas (dos quais se cria a imagem engajada e proba, apesar de terem feito lei sem ameaça de sanção).

Na sequência, o autor trata da transparência tanto das contas de candidatos e de partidos, quanto da publicização do patrimônio dos eleitos. Ressalvas à divulgação de dados pessoais apontam o risco de institucionalizar o voyeurismo e a “democracia paparazzi”, que fazem os críticos proble-

matizarem o regime de divulgação de contas (implementado em 2013, mas logo suprimido pelo Conselho Constitucional). A nova bandeira dos especialistas passa a ser a criação do “comitê de deontologia” que fiscalize os conflitos de interesse no exercício das funções públicas. Phélippeau discute a produção artificial de relatórios contábeis, considerando a opacidade e os limites em que contas de campanha de fato podem ser abertas. Com isso, quer dizer que o ideal da transparência é ilusão, já que a política é técnica complexa sempre passível de contornos. Por isso, convém tratar a transparência como arma e recurso político.

O capítulo 4, por sua vez, dedica-se às doações empresariais, desde a legalização até a vigente proibição. Da discussão original, quando se argumentava que a legalização era o melhor método, até a constatação de que ampliava a desigualdade das campanhas, por favorecer políticos já iniciados na coleta de recursos de doadores, a mobilização de uma cruzada antidoação privada tem efeitos sobre as transformações na profissionalização política.

Contratos públicos são ocasião para trocas recíprocas entre empresas que ganham os mercados públicos e políticos com financiamento oculto: seria possível determinar quem domina essa relação de troca? Combater os escândalos foi útil para a cruzada contra as doações empresariais, motivada também por busca de equidade, transparência e de independência da influência do financiador. No entanto, há sempre uma dimensão prática na cruzada moral em “cortar os víveres” do inimigo. Por isso, *L'argent de la politique* fornece importantes elementos para aprofundar o debate latino-americano sobre o custeio da política, ainda tão essencializado em torno das próprias disputas do campo político.

Referências

- PHÉLIPPEAU, É. La fin des notables revisitée. In: Offerlé, M. *La profession politique: XIX - XX siècles*. Paris: Belin, 1999, p. 69-92.
- PHÉLIPPEAU, É. *L'invention de l'homme politique moderne*. Paris: Belin, 2002.
- PHÉLIPPEAU, É. Sociogênese da profissão política. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- SEIDL, E.; GRILL, I. *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Recebido em: 31/10/2020

Aprovado em 12/11/2020